



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Entidade coloca à disposição de V.Sas. para apreciação, as Demonstrações Financeiras relativas aos exercícios findos em 2024 e 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas.

DESEMPENHO FINANCEIRO

O Patrimônio Líquido Ajustado de R\$ 19 milhões possui suficiência em relação ao Capital Mínimo Requerido de 160%.

POLÍTICA DE REINVESTIMENTO

A Entidade continuará a reinvestir parte do superávit nos mercados de renda fixa, oferecidos por instituições financeiras que possuem muito boa qualidade financeira, bem como na realização de projetos de expansão de vendas.

NEGÓCIOS SOCIAIS

Em relação aos negócios sociais, os mesmos se constituíram principalmente na operação de planos de previdência complementar voltados para atender todas as classes sociais.

Em 12/04/2024, a Viver Previdência constituiu a Efeito Seguradora Vida e Previdência S.A., sociedade seguradora, autorizada em 20/06/2024 a operar Seguros de Pessoas e Planos de Previdência Complementar. A Viver Previdência detém 100% das ações da Seguradora.

DECLARAÇÃO DE CAPACIDADE FINANCEIRA

Declaramos que a Entidade possui capacidade financeira compatível com as suas operações.

PLANO DE NEGÓCIOS

Para o triênio de 2025 a 2027, aproveitando a perspectiva de crescimento do Mercado de Previdência Complementar e da própria Viver, destacando 54% de aumento na arrecadação com planos de previdência nos últimos 5 anos, a Viver fará novas parcerias e novos convênios

Dando seguimento ao plano de desinvestimento em imóveis, a Entidade continuará buscando alienar os imóveis destinados à venda e continuará aplicando os recursos na manutenção e desenvolvimento de seus objetivos sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Reafirmamos nossa crença no comportamento ético, respeitando as Leis e Diretrizes que norteiam nossa atividade, que são os balizadores de nossa atuação na Administração da Viver.

Belo Horizonte, 14 de fevereiro de 2025.

VIVER PREVIDÊNCIA

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais)

ATIVO	Notas	Exercício findo em	
		31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		19.142.160,48	16.467.274,73
Disponível		605.462,32	411.315,17
Caixa e Bancos		605.462,32	411.315,17
Aplicações	4	5.468.738,09	4.923.888,61
Créditos das Operações com Previdência Complementar	9	710.591,27	832.265,13
Valores a Receber		710.591,27	832.265,13
Títulos e Créditos a Receber		6.653.169,81	5.407.852,82
Títulos e Créditos a Receber	10	1.278.537,56	1.539.518,34
Créditos Tributários e Previdenciários		17.717,59	9.439,56
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	335.766,69	302.396,36
Assistência Financeira a Participantes	12	4.914.878,78	3.438.851,76
Outros Créditos	13	106.269,19	117.646,80
Outros Valores e Bens		3.974.310,91	4.253.379,37
Bens à Venda	14	3.974.310,91	4.253.379,37
Despesas Antecipadas	15	1.729.888,08	638.573,63
ATIVO NÃO CIRCULANTE		50.206.598,19	47.157.662,65
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		38.163.988,39	45.230.405,00
Aplicações	4	29.076.943,79	36.642.653,67
Títulos e Créditos a Receber		9.079.220,85	8.587.751,33
Títulos e Créditos a Receber	10	946.948,35	1.559.012,59
Depósitos Judiciais e Fiscais	11	101.705,82	138.936,99
Assistência Financeira a Participantes	12	8.030.566,68	5.701.172,16
Outros Créditos Operacionais	13	-	1.188.629,59
Despesas Antecipadas	15	7.823,75	-
Investimentos	16	10.564.047,06	315.302,57
Participações Societárias		10.248.744,49	-
Imóveis Destinados à Renda		315.302,57	315.302,57
Imobilizado	17	1.126.202,36	1.120.665,25
Imóveis de Uso Próprio		1.006.372,60	1.030.077,88
Bens Móveis		119.829,76	90.587,37
Intangível	18	352.360,38	491.289,83
Outros Intangíveis		352.360,38	491.289,83
TOTAL DO ATIVO		69.348.758,67	63.624.937,38

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER PREVIDÊNCIA

BALANÇO PATRIMONIAL

(Valores expressos em Reais)

PASSIVO	Notas	Exercício findo em	
		31.12.2024	31.12.2023
CIRCULANTE		4.578.011,53	4.476.484,83
Contas a Pagar		878.628,97	681.243,25
Obrigações a Pagar	19	581.747,51	412.667,03
Impostos e Encargos Sociais a Recolher		79.279,64	80.543,17
Encargos Trabalhistas		162.905,11	138.117,36
Impostos e Contribuições		54.696,71	49.915,69
Débitos de Operações com Previdência Complementar		38.279,12	34.804,41
Outros Débitos Operacionais		38.279,12	34.804,41
Depósitos de Terceiros	20	395.293,67	716.966,68
Provisões Técnicas-Previdência Complementar	21	3.265.809,77	3.043.470,49
Planos Bloqueados		71.412,05	84.197,36
Planos não Bloqueados		3.194.397,72	2.959.273,13
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		29.742.928,13	24.472.156,45
Contas a Pagar		402.209,78	498.735,52
Obrigações a Pagar	19	402.209,78	498.735,52
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	21	8.866.047,28	8.948.084,36
Planos Bloqueados		452.452,30	553.825,49
Planos não Bloqueados		8.413.594,98	8.394.258,87
Outros Débitos	22	20.474.671,07	15.025.336,57
Provisões Judiciais		20.474.671,07	15.025.336,57
PATRIMÔNIO SOCIAL DE EAPC S/FINS LUCRATIVOS	23	35.027.819,01	34.676.296,10
Reservas Patrimoniais		19.847.942,27	19.847.942,27
Reservas de Retenção de Superávits		175.761,46	-
Superávits Acumulados		15.004.115,28	14.828.353,83
TOTAL DO PASSIVO		69.348.758,67	63.624.937,38

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER PREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

(Valores expressos em Reais)

		Exercício findo em	
	Nota	31.12.2024	31.12.2023
Rendas de Contribuições e Prêmios		976,28	1.834,57
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder		115.750,72	42.586,49
Receitas de Contribuições e Prêmios		116.727,00	44.421,06
Variação de Outras Provisões Técnicas		379.914,57	(230.509,18)
Benefícios Retidos	24	(485.845,88)	(409.282,92)
Custos de Aquisição	24	(216.297,69)	(196.043,74)
Outras Receitas e Despesas Operacionais	24	(588.150,36)	(4.175.046,01)
Contribuições para Cobertura de Riscos		3.741.511,04	3.727.264,69
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios		80.181,37	(172.150,91)
Prêmios Ganhos		3.821.692,41	3.555.113,78
Sinistros Ocorridos	24	(417.149,97)	(862.752,36)
Custos de Aquisição	24	(473.234,38)	(443.082,05)
Despesas Administrativas	24	(4.054.369,71)	(3.510.151,65)
Despesas com Tributos	24	(1.182.133,24)	(1.499.745,75)
Resultado Financeiro	24	2.963.858,98	7.381.232,94
Resultado Patrimonial	24	620.962,33	(43.059,99)
Resultado Operacional		485.974,06	(388.905,87)
Ganhos e Perdas com Ativos Não Correntes	24	(134.451,15)	(123.804,60)
Superávit (déficit) do Exercício		351.522,91	(512.710,47)

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER PREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE

(Valores expressos em Reais)

	Exercício findo em	
	<u>31.12.2024</u>	<u>31.12.2023</u>
Resultado Líquido do Exercício	<u>351.522,91</u>	<u>(512.710,47)</u>
Resultado Abrangente do Exercício	<u>-</u>	<u>-</u>
Total	<u><u>351.522,91</u></u>	<u><u>(512.710,47)</u></u>

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER PREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(Valores expressos em Reais)

	Reservas		Superávits ou Déficits Acumulados	Total
	Patrimoniais	Retenção de Superávits		
Saldos finais em 31 de dezembro de 2022	19.847.942,27	2.201.402,88	13.139.661,42	35.189.006,57
Reversão da Reserva de Contingências de Benefícios	-	(2.201.402,88)	2.201.402,88	-
Déficit do Exercício	-	-	(512.710,47)	(512.710,47)
Saldos finais em 31 de dezembro de 2023	19.847.942,27	-	14.828.353,83	34.676.296,10
Superávit do Exercício	-	-	351.522,91	351.522,91
Proposta para Destinação do Superávit				
Reservas para Contingências de Benefícios	-	175.761,46	(175.761,46)	-
Saldos finais em 31 de dezembro de 2024	19.847.942,27	175.761,46	15.004.115,28	35.027.819,01

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

VIVER PREVIDÊNCIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

(Valores expressos em Reais)

	Exercício findo em	
	31.12.2024	31.12.2023
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Superávit (déficit) líquido do Exercício	351.522,91	(512.710,47)
Ajustes para:		
Depreciação e Amortizações	62.473,55	59.373,77
Perda por redução ao valor recuperável do Intangível	134.451,15	123.804,60
Resultado de Equivalência Patrimonial	(326.222,28)	-
Superávit (déficit) ajustado	222.225,33	(329.532,10)
Variação nas contas patrimoniais		
Ativos Financeiros	7.020.860,40	(4.872.603,26)
Créditos das Operações de Previdência Complementar	121.673,86	7.036,54
Créditos Fiscais e Previdenciários	(8.278,03)	(5.990,00)
Depósitos Judiciais e Fiscais	3.860,84	24.201,59
Despesas Antecipadas	(1.099.138,20)	(132.681,82)
Outros Ativos	(1.453.300,86)	107.487,35
Impostos e Contribuições	4.781,02	6.232,95
Débitos das Operações com Previdência Complementar	3.474,71	2.777,29
Depósitos de Terceiros	(321.673,01)	130.868,71
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	140.302,20	(17.368,94)
Provisões Judiciais	5.449.334,50	4.276.893,47
Outros Passivos	96.078,96	631.840,95
Caixa gerado (consumido) pelas Operações	10.180.201,72	(170.837,27)
Caixa Líquido gerado (consumido) nas Atividades Operacionais	10.180.201,72	(170.837,27)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento pela venda:		
Investimento	77.477,79	-
Recebimento pela compra:		
Investimento	(10.000.000,00)	-
Imobilizado	(63.532,36)	(24.317,74)
Caixa Líquido Consumido nas Atividades de Investimento	(9.986.054,57)	(24.317,74)
Aumento (Redução) Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	194.147,15	(195.155,01)
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício	411.315,17	606.470,18
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Exercício	605.462,32	411.315,17

As notas explicativas integram as demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E DE 2023.

(Valores expressos em Reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

Viver Previdência, Entidade Aberta de Previdência Complementar, sem fins lucrativos, com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais. A sua gestão é exercida pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo da Entidade, compostos por conselheiros eleitos, oriundos do quadro de participantes da VIVER.

- a) **Ramos de Atuação** - Tem como objetivo operacional a instituição, operação e manutenção de planos previdenciários nas modalidades de pecúlio e renda. Além disso, a Entidade atua com um Programa de Assistência Financeira aos seus Participantes.
- b) **Regiões de Atuação** - Autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – Susep a operar nacionalmente, atualmente operamos nas principais regiões do País.

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO

Foram elaboradas conforme a Circular Susep nº 648/2021, assim como de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às sociedades supervisionadas pela Susep, conjugadas com as normas emitidas pelo CNSP e incluindo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, aprovados pela Susep, no que não contrarie as instruções desta.

O balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 está sendo apresentado comparativamente aos valores referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como as demonstrações do resultado, de resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa – método indireto, as quais tiveram, quando aplicável, suas rubricas reclassificadas para fins de comparabilidade com as demonstrações financeiras do exercício atual.

A Diretoria Executiva, mediante reunião realizada em 14/02/2025, autorizou a emissão das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2024.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

- a. **Apuração do Resultado** - apurado segundo o Regime de Competência pelo reconhecimento simultâneo das receitas e despesas, quando correlatas, no resultado do período em que ocorreram.
- b. **Instrumentos Financeiros** - foram introduzidas pelo CPC 48 três categorias de mensuração de ativos financeiros (Notas 4 /10/12):

1. **Custo Amortizado:** utilizada quando os ativos financeiros são administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.
 2. **Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes:** utilizada quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.
 3. **Valor Justo por meio do Resultado:** utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.
- c. **Créditos das Operações – Valores a Receber - Previdência Complementar** – contribuições reconhecidas pela emissão e/ou vigência do risco, o que ocorrer primeiro (Nota 9);
- d. **Títulos e Créditos a Receber**
1. **Títulos e Créditos a Receber – Créditos a Receber** - demonstrados pelo valor principal acrescido do ganho pela competência em períodos futuros, que estão demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 10);
 2. **Assistência Financeira a Participantes** - demonstradas pelo valor principal acrescido dos juros pré-fixados de competência de períodos futuros, demonstrados com redução dos ativos correspondentes na rubrica Receitas a Apropriar (Nota 12);
- e. **Investimentos** - representados pela participação societária de 100% em sociedade investida e pelo custo de aquisição de terrenos e edificações destinados à renda e/ou valorização do capital. (Nota 16);
- f. **Imobilizado** - corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades. É demonstrado ao custo de aquisição, líquido das respectivas depreciações e amortizações acumuladas, calculadas e reconhecidas mensalmente pelo método linear às taxas anuais de: Imóveis - Edificações 2%; Equipamentos 20%; Móveis, Máquinas e Utensílios 10%; e ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável (Nota 17);
- g. **Intangíveis** – referem-se aos gastos com licenças de uso, cuja amortização se dá pelo tempo de vida útil e desenvolvimentos de sistemas operacionais, ajustados por redução ao valor recuperável (*impairment*) (Nota 18);
- h. **Redução ao Valor Recuperável (*Impairment*)** - conforme definido no CPC 01 (R1), a redução ao valor recuperável de ativos é reconhecida como perda quando o valor de contabilização de um ativo for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. A Circular Susep nº 648/2021 adotou o conceito de perdas esperadas para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos de qualquer natureza.

1. **Valores a Receber** – No caso de o valor recuperável de um ativo ser inferior ao contábil, o valor contábil desse ativo é reduzido ao seu valor recuperável. Essa redução representa uma perda por desvalorização do ativo (item 59 do CPC 01) reconhecida imediatamente na demonstração do resultado. (Nota 9);
 2. **Títulos e Créditos a Receber** – a estimativa contábil para a redução é baseada em estudo técnico, considerando o histórico de perdas, os riscos de inadimplência e as receitas apropriadas (Nota 10);
 3. **Assistência Financeira a Participantes** – A abordagem simplificada utilizada para recebíveis ou ativos contratuais que resultam de transações dentro do alcance do CPC 47 é usada para mensurar a perda esperada de créditos de assistência financeira, a partir da experiência de perda histórica de agrupamentos desses ativos. Os agrupamentos são feitos de forma que reflitam as características de cada ativo financeiro (Nota 12).
- i. **Provisões Técnicas** - constituídas de acordo com as Notas Técnicas Atuariais e em consonância com as determinações e critérios estabelecidos pela Susep (Nota 21):
1. **Provisões Matemáticas de Benefícios Concedidos – PMBC e Benefícios a Conceder – PMBAC** foram constituídas de acordo com as bases técnicas definidas nas Notas Técnicas Atuariais aprovadas pela Susep, com o intuito de fazer frente aos **compromissos** da Entidade com as Rendas, Pensões e Pecúlios revertidos em Renda baseados no Regime Financeiro de Capitalização;
 2. **Provisão de Prêmios Não Ganhos – PPNG** foi calculada de forma *pro rata die*, em função dos prêmios comerciais emitidos, desconsiderado os custos de aquisição diretamente relacionados ao valor da contribuição e contempla estimativa para os riscos vigentes, mas não emitidos (RVNE);
 3. **Provisão de Sinistros Ocorridos e Não Avisados - IBNR**, para os planos de capitalização foram constituídas através dos percentuais determinados pelo órgão fiscalizador. Para os planos de Pensão no regime financeiro de Capitais de Cobertura e Pecúlios de Repartição Simples o valor apurado foi obtido em função da Nota Técnica Atuarial apresentada na avaliação de dezembro/2024;
 4. **Provisão Para Despesas Relacionadas – PDR** foi calculada para cobrir as despesas administrativas dos planos, bem como as custas judiciais;
 5. **Provisão de Sinistros a Liquidar – PSL** foi determinada pelo saldo corrente de suas obrigações de forma integral e atualizada, de acordo com os índices de correção e juros determinados no Regulamento e Nota Técnica do plano contratado e abrange os valores de pecúlios e renda não pagas, inclusive os valores das causas judiciais em lide;

- 6. Provisão de Resgates e Outros Valores a Regularizar – PVR** abrange os resgates e as devoluções das contribuições por qualquer motivo. É determinada pelos saldos dos valores e corrigidos pelo índice do plano contratado.
- 7. Provisão Complementar de Cobertura - PCC** constituída pela insuficiência nas Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e Concedidos, conforme o valor apurado no Teste de Adequação de Passivos, de acordo com a regulamentação em vigor.
- j. Encargos Trabalhistas** - constituídos pela provisão de 13º salário, de férias e encargos sociais, calculados e reconhecidos mensalmente com base nos vencimentos vigentes à época, demonstrando as obrigações decorrentes dos direitos adquiridos pelos empregados;
- k. Provisões, Ativos e Passivos Contingentes** - Na determinação do reconhecimento da provisão são considerados as avaliações quanto à probabilidade de perda informada pelos Assessores Jurídicos e os aspectos relacionados à natureza das ações judiciais e administrativas, conforme CPC 25. As obrigações legais e os processos relacionados a benefícios são provisionados independente da avaliação quanto à probabilidade de perda (Nota 22);
- l. Outros Ativos e Passivos** - os ativos são demonstrados pelos valores de realização e os passivos pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e/ou encargos correspondentes, calculados a índices ou taxas oficiais, bem como os efeitos de ajuste a valor justo;
- m. Estimativas e Julgamentos** - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Entidade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua e são reconhecidas prospectivamente (Nota 22).
- n. Isenções Tributárias:** A Entidade não é tributada pelo Imposto de Renda e Contribuição Social, por ser sem fins lucrativos.

4. APLICAÇÕES FINANCEIRAS (Nota 3b.)

- a. Composição** - A Entidade classifica seus Títulos e Valores Mobiliários ao Valor Justo por meio do Resultado.

	31.12.2024		
Composição	Valor Custo Atualizado	Valor Justo	% Aplicado
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	34.201.612,09	34.201.612,09	99,00
Fundo de Investimento em Ações	344.069,79	344.069,79	1,00
Total Aplicações Financeiras	34.545.681,88	34.545.681,88	100,00
Circulante		5.468.738,09	
Não Circulante		29.076.943,79	

VIVER PREVIDÊNCIA

31.12.2023			
Composição	Valor Custo Atualizado	Valor Justo	% Aplicado
<u>Nível 1</u>			
Títulos Disponíveis para Venda/Valor justo	41.566.542,28	41.566.542,28	100,00
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	41.163.468,70	41.163.468,70	99,03
Fundo de Investimento em Ações	403.073,58	403.073,58	0,97
Total Aplicações Financeiras	41.566.542,28	41.566.542,28	100,00
Circulante		4.923.888,61	
Não Circulante		36.642.653,67	

b. Movimentação das Aplicações - demonstrada no quadro abaixo:

Movimentação	Saldo em 31.12.2023	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Perdas por desvalorização	Saldo em 31.12.2024
Quotas Fundos de Investimentos	41.566.542,28	2.290.000,00	(12.909.000,00)	3.598.139,60	34.545.681,88
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	41.163.468,70	2.290.000,00	(12.909.000,00)	3.657.143,39	34.201.612,09
Fundo de Investimento em Ações	403.073,58	-	-	(59.003,79)	344.069,79
Total	41.566.542,28	2.290.000,00	(12.909.000,00)	3.598.139,60	34.545.681,88

Movimentação	Saldo em 31.12.2022	Aplicações	Resgates	Rendimentos/ Perdas por desvalorização	Saldo em 31.12.2023
Quotas Fundos de Investimentos	36.693.939,02	1.500.000,00	(1.450.000,00)	4.822.603,26	41.566.542,28
Fundo de Investimento Especialmente Constituído – Títulos Públicos	36.368.474,04	1.500.000,00	(1.450.000,00)	4.744.994,66	41.163.468,70
Fundo de Investimento em Ações	325.464,98	-	-	77.608,60	403.073,58
Total	36.693.939,02	1.500.000,00	(1.450.000,00)	4.822.603,26	41.566.542,28

5. TÁBUA, TAXAS DE CARREGAMENTO E DE JUROS DOS PRINCIPAIS PRODUTOS COMERCIALIZADOS

Plano	Processo SUSEP	Tábua Biométrica	Carregamento	Taxa de Juros
Pecúlio Vitalício RS	15414.003490/2011-72	CSO 1958	30%	0%
Pensão Prazo Certo RCC	10.004705/99-81	CSO 1958	30%	6%

6. PERCENTUAIS DE CUSTO DE AQUISIÇÃO E SINISTRALIDADE DOS PRINCIPAIS RAMOS

Custos de Aquisição	31.12.2024		31.12.2023	
	Valor	%	Valor	%
Corretagem/Agenciamento	473.234,38	68,63	443.082,05	69,33
Custeamento de Vendas	216.297,69	31,37	196.043,74	30,67
Total	689.532,07	100,00	639.125,79	100,00

Sinistralidade	31.12.2024		31.12.2023	
	Benefícios Ocorridos	%	Benefícios Ocorridos	%
Planos de Pecúlio	25	46,30	111	79,86
Planos de Renda	29	53,70	28	20,14
Total	54	100,00	139	100,00

7. TESTE DE ADEQUAÇÃO DO PASSIVO (TAP)

Foi elaborado o Teste de Adequação do Passivo – TAP utilizando premissas atuariais atuais e métodos estatísticos para fluxos de caixa futuros dos contratos de previdência, segregados em duas partes: fase de contribuição e fase de pagamento de benefícios, separados por regime financeiro e cobertura, que resultou no quadro sugerido pela Susep um saldo de R\$225.670,33 da Provisão Complementar de Cobertura – PCC.

8. GESTÃO DE RISCO

- a) Estrutura de Gerenciamento de Risco:** O Conselho Deliberativo tem a responsabilidade máxima para o estabelecimento da estrutura de gerenciamento de risco, atribuindo à Diretoria Executiva a função de desenvolver e acompanhar as políticas pertinentes. Cabe ao Gestor de Risco monitorar os riscos e à Auditoria Interna supervisionar a adequação dos procedimentos da Administração e os resultados alcançados. As políticas de risco são revistas regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Entidade. Os procedimentos buscam desenvolver um ambiente de disciplina e controle nos quais todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. Não há um sistema específico para o gerenciamento de risco, mas a Entidade utiliza informações obtidas através de ferramentas dos sistemas Alterdata e Star.
- b) Gestão do Risco de Liquidez, de Mercado, de Crédito e de Subscrição:**

Risco de liquidez - risco de escassez de recursos líquidos, disponíveis para honrar as obrigações correntes num determinado momento, sob condições normais ou de estresse. O gerenciamento do risco de liquidez é feito de forma contínua a partir do monitoramento do fluxo de pagamentos, relativo aos seus passivos, e dos recebimentos gerados pelas operações e carteira de ativos financeiros.

VIVER PREVIDÊNCIA

A Entidade possui recursos investidos em ativos de curto prazo, com liquidez imediata, para fazer frente às suas necessidades regulares e contingenciais de liquidez.

Análise de Vencimentos de Ativos Financeiros, fluxo de caixa descontado (Nota de Risco de Crédito), e, de **Passivos Financeiros**, fluxos de caixa contratuais não descontados, que demonstram excesso de liquidez para os períodos.

Passivos Financeiros	1 a 90 Dias	91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	31.12.2024
Contas a Pagar	878.628,97		402.209,78	1.280.838,75
Débito de Operações com Previdência Complementar	38.279,12	-	-	38.279,12
Depósitos de Terceiros	187.550,91	207.742,76	-	395.293,67
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	1.327.250,54	1.938.559,23	8.866.047,28	12.131.857,05
Outros Débitos	-	-	20.474.671,07	20.474.671,07
Total dos Passivos Financeiros	2.431.709,54	2.146.301,99	29.742.928,13	34.320.939,66

Passivos Financeiros	1 a 90 Dias	91 a 365 Dias	Acima de 365 Dias	31.12.2023
Contas a Pagar	1.179.978,77	-	-	1.179.978,77
Débito de Operações com Previdência Complementar	34.804,41	-	-	34.804,41
Depósitos de Terceiros	380.071,89	322.714,28	14.180,51	716.966,68
Provisões Técnicas – Previdência Complementar	415.759,31	2.627.711,18	8.948.084,36	11.991.554,85
Outros Débitos	-	-	15.025.336,57	15.025.336,57
Total dos Passivos financeiros	2.010.614,38	2.950.425,46	23.987.601,44	28.948.641,28

Risco de mercado - risco de perda nos preços de ativos financeiros decorrente de alterações nas taxas de juros e inflação. A Administração monitora as taxas de juros de mercado e inflação a fim de avaliar a eventual necessidade de novas ações para proteger-se contra o risco de volatilidade dessas taxas e se resguardar das limitações dos métodos de controles das exposições ao risco de mercado. A Entidade elabora análise de sensibilidade que reflete interdependências entre riscos variáveis para administrar riscos financeiros.

Análise de Sensibilidade - Foram consideradas as seguintes premissas:

Taxa de Juros – Representa o nível mínimo de rentabilidade que pode ser tomado como certo. O teste avaliou os impactos na curva da taxa de juros.

Mortalidade – Indicador de contratos de previdência que evidencia a relação entre as receitas e as despesas recebidas pelos contratos da empresa. O teste avaliou apenas o aumento da sinistralidade nos planos de risco em repartições, visto que os planos em capitalização se encontram em extinção.

VIVER PREVIDÊNCIA

O teste de sensibilidade foi aplicado a todos os planos da Entidade e efetuado nas mesmas bases e grupamentos do teste de adequação do passivo com as aplicações das variações descritas acima e os resultados e impactos demonstrados no quadro a seguir:

Impacto no Resultado e Patrimônio Líquido			
Taxa de Juros		Mortalidade	
Aumento de 1,5%	Decréscimo de 1,5%	Aumento de 2% (improvement) na Tábua BR-Ems	Diminuição de 2% (improvement) na Tábua BR-Ems
(15.830,75)	16.284,68	(29.064,51)	29.432,67

Risco de crédito - risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes dos emissores ou de contraparte de transações não cumprirem suas obrigações de pagamento e/ou de liquidação das operações contratadas. A análise dos títulos que podem compor as carteiras segue fielmente os padrões estabelecidos pelas políticas internas.

A Entidade entende que nas operações de previdência não há exposição significativa ao risco de crédito, uma vez que opera com produtos fundamentalmente massificados. A tabela a seguir apresenta os ativos financeiros da Entidade distribuídos por rating de crédito.

Composição da carteira por categoria contábil	BB	Sem Rating	Saldo Contábil 31.12.2024
Caixa e Equivalentes de Caixa - Sem Vencimento	-	605.462,32	605.462,32
Ativos pós-fixados			
Fundo Investimento de Ações	-	344.069,79	344.069,79
Fundo Investimento FIE Títulos Públicos	34.201.612,09	-	34.201.612,09
Assistência Financeira até 365 dias	-	4.914.878,78	4.914.878,78
Assistência Financeira acima de 365 dias	-	8.030.566,68	8.030.566,68
Recebíveis até 365 dias	-	2.448.882,30	2.448.882,30
Recebíveis acima de 365 dias	-	1.048.654,17	1.048.654,17
Total	34.201.612,09	17.392.514,04	51.594.126,13

Composição da carteira por categoria contábil	BB	Sem Rating	Saldo Contábil 31.12.2023
Caixa e Equivalentes - sem vencimento	-	411.315,77	411.315,17
Ativos pós-fixados			
Fundo Investimento de Ações	-	403.073,58	403.073,58
Fundo Investimento FIE Títulos Públicos	41.163.468,70	-	41.163.468,70
Assistência Financeira até 365 dias	-	3.438.851,76	3.438.851,76
Assistência Financeira acima de 365 dias	-	5.701.172,16	5.701.172,16
Recebíveis até 365 dias	-	2.801.266,19	2.801.266,19
Recebíveis acima de 365 dias	-	2.886.579,17	2.886.579,17
Total	41.163.468,70	15.642.258,63	56.805.726,73

VIVER PREVIDÊNCIA

Risco de subscrição – possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Entidade, direta ou indiretamente, às bases técnicas, atuariais e cálculo de contribuições. Na avaliação para aceitação são calculadas as perdas nominais esperadas, o dano máximo provável e a perda máxima possível. As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas aprovadas pela Susep e são realizados testes de consistência.

9. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR – VALORES A RECEBER (Nota 3c./ 3h.-1)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Consignação de Órgãos Averbadores	312.131,98	311.569,20
Contribuições Riscos Vigentes não Recebidos	1.073.107,54	1.117.891,56
Outros Créditos	99.935,01	95.748,10
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3-h.1)	(774.583,26)	(692.943,73)
Total	710.591,27	832.265,13
Circulante	710.591,27	832.265,13

10. TÍTULOS E CRÉDITOS A RECEBER – RECONHECIDOS PELO CUSTO AMORTIZADO (Nota 3b./3d./3h.-2)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Aluguéis a Receber	107.935,95	107.935,95
Dividendos a Receber	77.477,79	-
Direitos Resultantes da Venda de Imóveis	2.552.417,49	3.518.986,91
(-) Redução ao Valor Recuperável – Aluguéis a Receber (Nota 3-h.2)	(107.935,95)	(107.935,95)
(-) Redução ao Valor Recuperável – Direitos Result. da Venda de Imóveis (Nota 3-h.2)	(404.409,37)	(420.455,98)
Total	2.225.485,91	3.098.530,93
Circulante	1.278.537,56	1.539.518,34
Não Circulante	946.948,35	1.559.012,59

11. DEPÓSITOS JUDICIASI E FISCAIS

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Depósitos Judiciais - Tributos	372.131,57	332.679,26
Depósitos Judiciais - Benefícios	22.174,73	55.084,68
Depósitos Judiciais - Cíveis	23.875,70	34.528,93
Outros Depósitos – Processos Susep	6.767,43	6.517,40
Outros Depósitos – Processos Administrativos	12.523,08	12.523,08
Total	437.472,51	441.333,35
Circulante	335.766,69	302.396,36
Não Circulante	101.705,82	138.936,99

VIVER PREVIDÊNCIA

12. ASSISTÊNCIA FINANCEIRA A PARTICIPANTES – MENSURADOS PELO CUSTO AMORTIZADO (Nota 3b./3d.-2/3h.-3)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Assistência Financeira	16.342.428,55	13.372.251,27
(-) Redução ao Valor Recuperável (Nota 3h.3)	(3.396.983,09)	(4.232.227,35)
Total	12.945.445,46	9.140.023,92
Circulante	4.914.878,78	3.438.851,76
Não Circulante	8.030.566,68	5.701.172,16

13. OUTROS CRÉDITOS

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Adiantamentos a Funcionários	459,76	16.727,08
Adiantamentos Administrativos	59.480,49	61.293,47
Créditos Diversos	46.328,94	39.626,25
Créditos de Antecipação Parcelas de Assistência Financeira	-	1.188.629,59
Total	106.269,19	1.306.276,39
Circulante	106.269,19	117.646,80
Não Circulante	-	1.188.629,59

14. BENS À VENDA

Composto por Terrenos mantidos para venda a curto prazo, no valor total de R\$3.064.134,57, acrescidos dos custos atribuíveis aos imóveis no valor de R\$910.176,34, totalizando R\$3.974.310,91 (R\$4.253.379,37 em 31.12.2023).

15. DESPESAS ANTECIPADAS

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Seguros	1.693.323,96	603.335,68
Outras Despesas	44.387,87	35.237,95
Total	1.737.711,83	638.573,63
Circulante	1.729.888,08	638.573,63
Não Circulante	7.823,75	-

16. INVESTIMENTOS (Nota 3e.)

Participações Societárias	Integralização de Capital	Equivalência Patrimonial	Dividendos propostos (*)	Saldo em 31.12.2024
Efeito Seguradora Vida e Previdência S.A.	10.000.000,00	326.222,28	(77.477,79)	10.248.744,49

(*) Vide nota 10, retro.

VIVER PREVIDÊNCIA

Imóveis	31.12.2024		31.12.2023	
	Custo	Total	Custo	Total
Terrenos e Edificações	315.302,57	315.302,57	315.302,57	315.302,57

17. IMOBILIZADO (Nota 3f.)

Descrição	31.12.2024			31.12.2023		
	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido	Custo	Depreciação Acumulada	Saldo Líquido
Imóveis	1.300.446,24	(294.073,64)	1.006.372,60	1.300.446,24	(270.368,36)	1.030.077,88
Equipamentos Móveis, Máq. e Utensílios	311.999,10	(197.548,23)	114.450,87	248.466,74	(164.628,28)	83.838,46
	38.600,51	(33.221,62)	5.378,89	38.600,51	(31.851,60)	6.748,91
Veículos	80.000,00	(80.000,00)	-	80.000,00	(80.000,00)	-
Total	1.731.045,85	(604.843,49)	1.126.202,36	1.667.513,49	(546.848,24)	1.120.665,25

18. INTANGÍVEL (Nota 3g.)

Descrição	31.12.2024			31.12.2023		
	Custo	Amortização Acumulada/ Redução ao Valor Recuperável	Saldo Líquido	Custo	Amortização Acumulada/ Redução ao Valor Recuperável	Saldo Líquido
Desenvolvimento de Software Sistemas Aplicativos e Licenças de Uso	619.023,00	(268.572,80)	350.450,20	619.023,00	(134.121,65)	484.901,35
	35.125,02	(33.214,84)	1.910,18	35.125,02	(28.736,54)	6.388,48
Total	654.148,02	(301.787,64)	352.360,38	654.148,02	(162.858,19)	491.289,83

19. OBRIGAÇÕES A PAGAR

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Fornecedores	3.608,38	4.541,12
Remunerações a Pagar	-	94,24
Pagamentos a Efetuar	306.452,89	262.215,48
Outras Obrigações a Pagar	673.896,02	644.551,71
Total	983.957,29	911.402,55
Circulante	581.747,51	412.667,03
Não Circulante	402.209,78	498.735,52

VIVER PREVIDÊNCIA

20. DEPÓSITOS DE TERCEIROS

Representada por contribuições de previdência, caução de aluguel de imóvel, parcelas de assistência financeira e venda de terrenos.

Tempo de Permanência	Prêmios Antecipados		Valores a Reclassificar		Outros Depósitos	
	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023	31.12.2024	31.12.2023
De 1 a 30 dias	10.539,85	4.360,18	81.041,43	60.580,95	127.221,30	100.836,84
De 31 a 60 dias	5.117,18	5.195,07	18.419,02	27.102,01	35.006,94	129.647,37
De 61 a 90 dias	5.444,43	4.389,07	6.745,00	14.348,12	38.499,60	33.612,28
De 91 a 120 dias	7.047,84	7.089,33	6.587,08	17.536,59	-	43.215,79
De 121 a 180 dias	12.059,10	14.645,92	-	12.753,89	-	38.414,03
De 181 a 365 dias	14.323,44	27.507,60	-	27.102,01	-	134.449,12
Acima de 365 dias	27.241,46	14.180,51	-	-	-	-
Total	81.773,30	77.367,68	112.792,53	159.423,57	200.727,84	480.175,43

21. PROVISÕES TÉCNICAS (Nota 3i.)

a) Movimentação dos saldos das Provisões Técnicas:

	31.12.2023	(+/-) Atualização			31.12.2024
		Monetária	Constituição	Reversão	
Planos Bloqueados	638.022,85	17.987,65	72.957,47	205.103,62	523.864,35
Matemática de Benefícios Concedidos	440.723,75	17.987,65	69.641,78	76.911,54	451.441,64
Sinistros a Liquidar	3.289,00	-	-	3.289,00	-
Resgates e Outros Valores a Regularizar	-	-	3.289,00	-	3.289,00
Complementar de Cobertura	190.372,49	-	-	124.782,08	65.590,41
Despesas Relacionadas	3.637,61	-	26,69	121,00	3.543,30
Planos Não Bloqueados	11.353.532,00	794.179,93	3.249.757,87	3.789.477,10	11.607.992,70
Matemática de Benefícios a Conceder	1.287.061,48	75.198,69	32.373,93	246.692,24	1.147.941,86
Complementar de Cobertura	420.645,85	-	837,67	261.403,60	160.079,92
Provisão de Prêmios Não Ganhos	186.567,32	-	56.480,20	57.800,96	185.246,56
Riscos Vigentes e não Emitidos Matemática de Benefícios Concedidos	-	-	299,44	294,94	4,50
6.359.010,66	616.189,33	976.594,92	1.215.390,53	6.736.404,38	
Sinistros a Liquidar	1.163.272,03	38.694,32	373.931,78	1.125.774,18	450.123,95
Sinistros Ocorridos e não Avisados	464.101,47	-	234.113,84	190.895,65	507.319,66
Despesas Relacionadas	1.057.113,88	-	99.281,74	62.774,29	1.093.621,33
Resgates e Outros Valores a Regularizar	415.759,31	64.097,59	1.475.844,35	628.450,71	1.327.250,54
Total Provisões Técnicas	11.991.554,85	812.167,58	3.322.715,34	3.994.580,72	12.131.857,05
Circulante	3.043.470,49				3.265.809,77
Não Circulante	8.948.084,36				8.866.047,28

b) Cobertura das Provisões Técnicas - Suficiência:

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Total Provisões Técnicas	12.131.857,05	11.991.554,85
Depósitos Judiciais Redutores	-	(34.249,61)
Provisões Técnicas – Total a ser coberto	12.131.857,05	11.957.305,24
Ativos Garantidores Aceitos		
Fundos de Investimentos Especialmente Constituídos – Títulos Públicos	19.617.687,55	17.663.180,55
Fundo de Investimento de Ações	344.069,79	403.073,58
Total de Ativos Garantidores Aceitos	19.961.757,34	18.066.254,13
Suficiência de Ativos Garantidores Aceitos	7.829.900,29	6.108.948,89

22. OUTROS DÉBITOS (Notas 3k e 3m)

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Provisões Fiscais – Contingências (a)	19.781.265,03	14.618.214,10
Provisões Cíveis – não relacionadas a Benefícios (b)	603.917,31	313.428,92
Outras Provisões (c)	89.488,73	93.693,55
Total	20.474.671,07	15.025.336,57

a) Provisões Fiscais – Contingências – Em razão da Ação de Auto de Infração relativo aos tributos IRPJ/CSLL/PIS/Cofins após procedimento fiscal da Receita Federal do Brasil e Execuções Fiscais, por parte da Receita Federal do Brasil, objetivando a cobrança da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL, requerendo as supostas bases de cálculo da contribuição dos exercícios de 2003/2004 e 2005/2006. A VIVER ingressou com ações anulatórias de débito fiscal da CSLL e agravos de instrumento e apresentou seguros garantia judiciais. Possui, também, de Repetição de Indébito de PIS com apenas provável condenação de pagamento de honorários de sucumbência, uma vez que os tributos foram recolhidos tempestivamente.

Ações Fiscais				
31.12.2024				
Probabilidade de Perda	Qt.	Principal/ Reclamado	Principal/ Reclamado Atualizado	Provisão
Provável	04	15.378.562,25	19.781.265,03	19.781.265,03
Possível	01	200.000,00	-	-
Total	05	15.578.562,25	19.781.265,03	19.781.265,03
31.12.2023				
Probabilidade de Perda	Qt.	Principal/ Reclamado	Principal/ Reclamado Atualizado	Provisão
Provável	03	13.354.489,09	14.618.214,10	14.618.214,10
Total	03	13.354.489,09	14.618.214,10	14.618.214,10

VIVER PREVIDÊNCIA

b) Provisões Cíveis - Há valores provisionados para as ações relacionadas a Benefícios, à exceção dos relativos a honorários advocatícios de sucumbência, contabilizados na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), no Passivo Circulante. Os honorários advocatícios de sucumbência vinculados a benefícios foram contabilizados em separado, na Provisão de Despesas Relacionadas – Outras Provisões, no Passivo Não Circulante. Assim como, os danos morais foram contabilizados em Outras Provisões. Os valores provisionados das demais ações cíveis foram contabilizadas em Provisões Cíveis, no Passivo Não Circulante.

Ações Judiciais relacionadas a Benefícios					
31.12.2024					
Probabilidade de Perda	Qt.	Reclamado	PSL	Honorários	Danos Morais
Provável	02	42.395,46	25.598,48	-	-
Possível	01	50.000,00	53.730,83	5.373,08	-
Remoto	04	283.609,19	1.000,00	-	-
Total	07	376.004,65	80.329,31	5.373,08	-

31.12.2023					
Probabilidade de Perda	Qt.	Reclamado	PSL	Honorários	Danos Morais
Provável	07	145.121,82	186.087,90	16.870,67	-
Possível	-	-	-	-	-
Remoto	02	240.846,51	1.000,00	-	-
Total	09	385.968,33	187.087,90	16.870,67	-

Ações Judiciais não relacionadas a Benefícios					
31.12.2024					
Probabilidade de Perda	Qt.	Reclamado	PSL	Honorários	Danos Morais
Provável	26	1.074.671,14	544.998,23	58.919,08	40.209,13

31.12.2023					
Probabilidade de Perda	Qt.	Reclamado	PSL	Honorários	Danos Morais
Provável	17	784.015,45	276.885,12	27.386,74	9.157,06

c) Outras Provisões - Processos Administrativos em trâmite junto ao Conselho de Recursos do Sistema Nacional de Seguros Privados, de Previdência Privada Aberta e de Capitalização – CRSNSP, tomando por base o valor total das penalidades de multas pecuniárias aplicadas pela SUSEP e uma condenação de multa no Procon em Processo Administrativo.

Processos Administrativos SUSEP						
Probabilidade de Perda	31.12.2024			31.12.2023		
	Qt.	Reclamado	Provisão	Qt.	Reclamado	Provisão
Provável	02	28.000,00	39.429,60	03	76.000,00	93.693,55

VIVER PREVIDÊNCIA

Processo Administrativo no Procon						
Probabilidade de Perda	31.12.2024			31.12.2023		
	Qt.	Reclamado	Provisão	Qt.	Reclamado	Provisão
Provável	01	9.850,00	9.850,00	-	-	-

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO AJUSTADO E CAPITAL MÍNIMO REQUERIDO

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
Patrimônio Líquido (PL)	35.027.819,01	34.676.296,10
Ajustes Contábeis:		
(-) Participações em sociedades financeiras- Nacionais	(10.248.744,49)	-
(-) Despesas antecipadas não relacionadas a resseguro	(1.737.711,83)	(638.573,63)
(-) Intangíveis	(352.360,38)	(491.289,83)
Ajustes Associados às Variações dos Valores Econômicos:		
(+) Superávit de fluxos de contribuições não registrados apurados no TAP	2.131.191,10	677.069,96
(+) Superávit entre as provisões exatas constituídas e o fluxo realista de contribuições registradas utilizado no cálculo da PCC	464.256,92	468.243,66
Ajustes de Qualidade de Cobertura do Capital Mínimo Requerido-CMR:		
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) de nível 1	25.493.752,60	24.849.141,89
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) de nível 2	2.595.448,02	1.145.313,62
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) de nível 3	7.443.994,20	8.697.290,75
PLA nível 2 + PLA nível 3 - 50% CMR	6.405.476,32	7.039.769,29
PLA nível 3 - 15% CMR	6.353.804,43	7.856.440,23
(-) Ajuste do excesso de PLA de nível 2 e nível 3	(6.405.476,32)	(7.856.440,23)
(=) Patrimônio Líquido Ajustado – PLA Total (PL + Aj.Contábeis + Aj.Econômicos + Aj.do excesso de nível 2 e 3)	<u>18.878.974,01</u>	<u>26.835.306,03</u>
Capital Base ¹	-	-
Capital de Risco Total - CR:	7.267.931,81	5.605.670,16
Capital de Risco baseado no Risco de Subscrição - CRsubs	918.426,75	825.074,10
Capital de Risco baseado no Risco de Crédito - CRcred	3.807.321,83	4.308.718,34
Capital de Risco baseado no Risco Operacional - CRoper	9.705,49	9.593,24
Capital de Risco baseado no Risco de Mercado – CRmerc	4.755.034,00	1.904.420,00
Redução de Correlação de Riscos	(2.222.556,26)	(1.442.135,52)
Capital Mínimo Requerido - CMR	<u>7.267.931,81</u>	<u>5.605.670,16</u>
Suficiência de Capital (PLA total - CMR)	11.611.042,20	21.229.635,87

1. O capital base para as EAPC sem fins lucrativos será igual a zero e o capital mínimo requerido equivale ao maior valor entre o capital base e o capital de risco (Resolução CNSP 432/2021).

24. DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO – DETALHAMENTO

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
BENEFÍCIOS RETIDOS	<u>(485.845,88)</u>	<u>(409.282,92)</u>
Administrativos	(480.271,69)	(348.759,55)
Judiciais	(5.574,19)	(60.523,37)
CUSTOS DE AQUISIÇÃO	<u>(689.532,07)</u>	<u>(639.125,79)</u>
Corretagem/Agenciamento – Planos de Pecúlio	(473.234,38)	(443.082,05)
Custeamento de Vendas	(128.662,69)	(139.978,69)
Outros Custos de Aquisição	(87.635,00)	(56.065,05)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(588.150,36)</u>	<u>(4.175.046,01)</u>
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	<u>293.482,48</u>	<u>1.535.065,33</u>
Receitas com Redução/Baixa de Provisões	180.141,47	1.388.309,22
Outras Receitas Operacionais	113.341,01	146.756,11
OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	<u>(881.632,84)</u>	<u>(5.710.111,34)</u>
Redução ao Valor Recuperável para Recebíveis	(358.886,14)	(96.175,73)
Despesas com Provisões	(381.880,15)	(5.448.835,14)
Outras Despesas Operacionais	(140.866,55)	(165.100,47)
SINISTROS OCORRIDOS	<u>(417.149,97)</u>	<u>(862.752,36)</u>
Administrativos	(324.359,45)	(698.481,66)
Judiciais	(49.572,33)	(71.896,17)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos e não Avisados - IBNR	(43.218,19)	(92.374,53)
DESPESAS ADMINISTRATIVAS	<u>(4.054.369,71)</u>	<u>(3.510.151,65)</u>
Pessoal Próprio	(2.502.761,68)	(2.128.365,72)
Serviços de Terceiros	(906.881,99)	(885.103,95)
Localização e Funcionamento	(442.100,18)	(293.190,08)
Depreciação e Amortização	(62.473,55)	(59.373,77)
Despesas com Publicidade e Propaganda	(15.350,50)	(24.422,53)
Despesas com Publicações	(645,96)	(2.640,12)
Despesas com Donativos e Contribuições	(50.549,16)	(48.316,92)
Outras Despesas Administrativas	(73.606,69)	(68.738,56)
DESPESAS COM TRIBUTOS	<u>(1.182.133,24)</u>	<u>(1.499.745,75)</u>
CSLL – Seguro Garantia para Execução Fiscal	(510.959,72)	(802.481,60)
Cofins	(440.008,69)	(481.272,69)
PIS	(71.501,41)	(78.206,81)
Taxa de Fiscalização	(140.249,48)	(121.365,24)
Outros Tributos	(19.413,94)	(16.419,41)

Continua...

VIVER PREVIDÊNCIA

Continuação...

Descrição	31.12.2024	31.12.2023
RESULTADO FINANCEIRO	<u>2.963.858,98</u>	<u>7.381.232,94</u>
RECEITAS FINANCEIRAS	<u>13.840.507,21</u>	<u>11.721.163,05</u>
Títulos de Renda Fixa Privados	277.252,54	16.061,26
Assistência Financeira	8.666.829,93	6.265.014,17
Fundos de Investimentos	3.696.262,09	4.891.970,76
Receitas Financeiras com Créditos Recebidos	1.126.788,99	218.836,93
Atualização de Provisões Técnicas – Planos Não Bloqueados	31.496,15	278.436,48
Outras Receitas Financeiras	41.877,51	50.843,45
DESPESAS FINANCEIRAS	<u>(10.876.648,23)</u>	<u>(4.339.930,11)</u>
Despesas com Títulos de Renda Variável	(98.122,49)	(69.367,50)
Atualização de Provisões Técnicas - Planos Bloqueados	(17.987,65)	(15.328,49)
Atualização de Provisões Técnicas - Planos não Bloqueados	(799.673,61)	(272.207,53)
Assistência Financeira	(4.638.048,84)	(3.345.834,95)
Outras Despesas c/Encargos Financeiros e Atualização Monetária	(5.321.683,07)	(636.247,07)
Outras Despesas Financeiras	(1.132,57)	(944,57)
RESULTADO PATRIMONIAL	<u>620.962,33</u>	<u>(43.059,99)</u>
Receitas com Imóveis de Renda	514.094,10	308.617,42
Despesas com Imóveis destinados à Renda ou Venda	(219.354,05)	(351.677,41)
Resultado de Equivalência Patrimonial	326.222,28	-
GANHO OU PERDAS COM ATIVOS NÃO CORRENTES	<u>(134.451,15)</u>	<u>(123.804,60)</u>
Perda por Redução ao Valor Recuperável do Intangível	(134.451,15)	(123.804,60)

25. EVENTO RELEVANTE

Há um processo em andamento junto à Susep solicitando autorização para transferência da carteira de planos previdenciários da Viver Previdência para a Efeito Seguradora Vida e Previdência S.A..

* * *

DIRETORIA EXECUTIVA

Amando A. Ramos – Diretor Presidente
Wesley W. de Assis – Diretor Vice-Presidente
Wanderleia G. da Silva Moreira – Diretora Executiva

SUPERINTENDÊNCIA

Rodelf Roner O. Vieira - Superintendente

GERENTE CONTÁBIL

Renata Lima M. Villela Pedras – Contadora - CRC/RJ N° 091943/O

ATUÁRIO RESPONSÁVEL TÉCNICO

Marcus Vinicius Stilben Medeiros- MIBA N° 912

Aos Participantes, Conselheiros e Diretores da
VIVER PREVIDÊNCIA
Belo Horizonte - MG

1. Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da VIVER PREVIDÊNCIA, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VIVER PREVIDÊNCIA em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa do exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep.

2. Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria e nossas responsabilidades, em cumprimento a tais normas, estão descritas no tópico 5 adiante. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que as evidências de auditoria obtidas são suficientes e apropriadas para fundamentar nossa opinião.

3. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o Relatório do Auditor

A Administração da Entidade é responsável por outras informações que constam do Relatório da Administração e nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange tal Relatório e, portanto, não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre o mesmo.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a leitura do Relatório da Administração e considerar se o mesmo está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Não temos nada a relatar no presente caso.

4. Responsabilidades da Administração e da Governança

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados – Susep e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade da Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração dessas demonstrações, a não ser que ela pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com incumbência de supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

5. Responsabilidades do Auditor

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e expressar opinião sobre as mesmas. Segurança razoável não é uma garantia de que a auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, sempre detecta eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria, realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais aplicáveis, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo dos trabalhos. Além disso:

- a. Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião;
- b. A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras:
 - (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Sociedade e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável;

- (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade;
 - (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e
 - (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.
- c. Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria;
- d. A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo;
- e. Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidências de auditoria apropriadas e suficientes para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- f. Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos técnicos apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressar opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;
- g. Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- h. Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, mediante as evidências de auditoria obtidas, que não existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data deste relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional; e
- i. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se elas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado dos exames, da época das visitas e das constatações relevantes de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 26 de fevereiro de 2025.

FERNANDO MOTTA AUDITORES

CRCMG-12.557 | CVM-12.815

FERNANDO CAMPOS
MOTTA:05361897655

Assinado de forma digital por

FERNANDO CAMPOS

MOTTA:05361897655

Dados: 2025.02.26 15:52:10 -03'00'

Fernando Campos Motta

Contador CRCMG – 91.109

Parecer dos auditores atuariais independentes

**Grant Thornton Serviços
Atuariais Ltda.**

Av. Eng. Luiz Carlos Berrini, 105 -
12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP)
Brasil
T +55 11 3886-5100
www.grantthornton.com.br

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Viver Previdência
Belo Horizonte – MG

Escopo da auditoria

Examinamos as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Viver Previdência, em 31 de dezembro de 2024, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

Responsabilidade da administração

A administração da Viver Previdência é responsável pelas provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA) e com as normas da Superintendência de Seguros Privados (Susep), e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa Auditoria Atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA). Estes princípios atuariais requerem que a Auditoria Atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma Auditoria Atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Viver Previdência são relevantes para planejar os procedimentos de Auditoria Atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de Auditoria Atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do Capital Mínimo Requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do Patrimônio Líquido Ajustado e dos limites de retenção da Viver Previdência em 31 de dezembro de 2024 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária (IBA).

Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Viver Previdência e utilizadas em nossa Auditoria Atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à Susep por meio dos respectivos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da Auditoria Atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 26 de fevereiro de 2025

Grant Thornton Serviços Atuariais Ltda.
CNPJ nº 33.950.548/0001-51
CIBA nº 161



Mariana Neves Aleixo Cabral Mathias Pereira
Atuária MIBA 3398